

## Sedes da 2ª Instância mineira (1873-1912) As edificações como fonte de pesquisa<sup>1</sup>

A Memória do Judiciário Mineiro, Mejud, tem como uma de suas premissas resgatar a trajetória histórica da 2ª Instância, em Minas Gerais. Várias são as fontes de pesquisa disponíveis que podem ser usadas para essa abordagem: documentos, fotografias, objetos, relatos de funcionários, edificações.

Para o presente estudo, optou-se por utilizar como fonte principal o levantamento das edificações que serviram como sede do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no período compreendido entre a criação do Tribunal da Relação de Ouro Preto, em 1873, e sua instalação em sede própria, o Palácio da Justiça, em 1911, na nova capital, Belo Horizonte.

As publicações referentes à história da construção de Belo Horizonte embasaram na determinação dos objetos da pesquisa: o Casarão da Rua Direita, em Ouro Preto, a antiga Secretaria de Interior, na Praça da Liberdade (hoje Museu das Minas e do Metal), o Instituto de Educação e o Palácio da Justiça. Foram também efetuadas consultas em periódicos na Hemeroteca Pública de Minas Gerais, em legislações estaduais e do Império, nas mensagens dos Presidentes de Províncias disponíveis nos *site* www.crl.edu e em livros de Atas do Tribunal da Relação, pertencentes ao acervo da Mejud.

A primeira sede a ser destacada nessa trajetória é o Casarão da Rua Direita. O Tribunal da Relação de Ouro Preto foi criado pelo imperador Dom Pedro II, em seu Decreto Imperial nº 2432, de 06 de agosto de 1873. O jornal *Diário de Minas*, em 27 de janeiro de 1874, apresenta o registro do arrendamento da casa na qual será instalada a sede da Relação do Estado:

A thesouraria de fazenda, remettendo, para os devidos efeitos, copia do contrato celebrado em 31 de Agosto ultimo com o cidadão Francisco Candido da Gama para arrendamento da casa de sua propriedade, sita a rua Direita desta capital, afim de n'ella funcionar o tribunal da relação ultimamente creado.

Essa mesma casa presenciou a queda da Monarquia e o nascimento da República. O Tribunal da Relação de Ouro Preto foi extinto<sup>2</sup>, e, em seu lugar, foi criado o Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais, instalado no dia 16 de dezembro de 1891.<sup>3</sup>

Com a Proclamação da República, a crescente ideia de mudança da capital mineira ficou mais forte. Ouro Preto, com suas ruas estreitas e insalubres, seu relevo acidentado e sua arquitetura colonial, tornara-se antiquada frente aos ares de progresso e modernidade que o novo regime trazia consigo. Apesar de todo movimento antagonico e ameaças de ouropretanos contrários à mudança, em 17 de dezembro de 1893, foi promulgada a Lei Adicional nº 3, que designou Belo Horizonte para ser o local da nova capital do Estado e fixou o prazo máximo de quatro anos para a definitiva transferência do governo para a nova capital.

Dentre os grandes edifícios públicos que seriam construídos, estava o Palácio da Justiça que abrigaria o Tribunal da Relação. Segundo Abílio Barreto (1996, p. 497), aberta a concorrência pública para apresentação de projeto e construção do prédio, somente uma proposta foi recebida, e, mesmo assim, o contrato não foi celebrado, pois os proponentes desistiram do negócio. Referindo-se ao prédio da Secretaria do Interior, Abílio Barreto (1996, p. 504) apresenta a solução encontrada pela administração da época para a transferência do tribunal:

À vista do adiantamento das obras, os engenheiros encarregados delas, Srs. Drs. Manuel Couto e Pedro Sigaud, pensavam na conveniência de se instalar, aí, provisoriamente, o Tribunal da Relação em fins de maio ou princípios de junho, e isto mesmo ficou resolvido a 29 de março, quando esteve em Belo Horizonte o desembargador Adolfo Olinto, presidente daquele tribunal.

Situado na Praça da Liberdade, o prédio destinado à Secretaria de Interior, onde, posteriormente, funcionou a Secretaria da Educação e hoje é o Museu das Minas e do Metal, foi a segunda sede do Tribunal da Relação. Dos poderes públicos, o Poder Judiciário foi o primeiro a se instalar na nova capital, e, em 5 de agosto de 1897, os desembargadores reuniram-se, pela primeira vez em Belo Horizonte, em sessão extraordinária, conforme descreve o jornal *Minas Gerais*, de 08 de agosto de 1897:

RELAÇÃO DO ESTADO – No dia 5 do corrente, funcionou pela primeira vez, em Belo Horizonte, o Tribunal da Relação, em conferencia extraordinária, para tomar conhecimento de duas petições de hábeas-corpus, conforme da Secção judiciária se vê. Compareceram a essa primeira reunião em a nova Capital os srs. desembargadores Adolpho Augusto Olyntho, presidente, João Bráulio, Rezende Costa, Gama Cerqueira, Pires do Amorim e Fernandes Torres, procurador geral do Estado. O Tribunal acha-se installado em três vas-

<sup>1</sup> Nota histórica elaborada por Andréa Vanêssa da Costa Val, Shirley Ker Soares Carvalho, sob a supervisão do Desembargador Hélio Costa, Superintendente da Memória do Judiciário Mineiro.

<sup>2</sup> Ata de encerramento do Tribunal da Relação de Ouro Preto, de 15 de dezembro de 1891.

<sup>3</sup> Ata da sessão de instalação do Tribunal da Relação do Estado de Minas Gerais, de 16 de dezembro de 1891.

tos salões do segundo pavimento da Secretaria do Interior, já completamente preparados, sendo um ocupado pela sala das sessões e os outros dois pela secretaria e cartórios, conveniente separados por paredes provisórias. Os srs. desembargadores Gama Cerqueira, Amorim e Fernandes Torres, que, conforme noticiamos, ainda não transferiram sua residência para Belo Horizonte, foram expressamente àquela localidade, a convite do desembargador Presidente do Tribunal, para tomar parte na sessão extraordinária.

Enquanto não se resolvia a questão de sua sede definitiva, o Tribunal da Relação foi transferido para o prédio onde atualmente funciona o Instituto de Educação. Essa transferência atendeu também à necessidade de local para instalação do fórum da Comarca de Belo Horizonte (de quarta entrância), criada pela Lei nº 223, de 15 de setembro de 1897. Sobre esse fato, Abílio Barreto (1996, p. 509) esclarece:

Já então quase concluído, destinava-se ao funcionamento do ginásio; mas ao inaugurar-se a capital estava ainda em obras, tendo sido a sua planta executada pelo hábil desenhista e arquiteto Sr. Edgar Nascentes Coelho. Concluído em 1898, resolveu o governo instalar aí o Tribunal da Relação e demais departamentos do Fórum, tendo custado ao Estado 292:108\$933. Era um belíssimo edifício, estilizado, onde, depois do Fórum, funcionou a Escola Normal Modelo, [...].

A inauguração do prédio e a instalação da comarca foi motivo de grande comemoração como retrata o jornal *A Capital*, de 24 de março de 1898:

Realizou-se no dia 21 às 12 horas da manhã a instalação oficial da comarca de Belo Horizonte, no imponente edifício destinado ao Fórum e Tribunal da Relação. Compareceram no acto solemne e tão significativo para os que vivamente se interessam pelo engrandecimento desta capital muitos e distintos cidadãos que não occultaram o regosijo de ver felizmente inaugurada aqui a justiça de primeira instancia. Aberta a audiência que foi presidida pelo exmo. sr. dr. Edmundo Lins, juiz de direito da comarca, tendo este a seu lado os srs. drs. Francisco Salles, digno secretario das Finanças e Agricultura; Estevam Lobo, talentoso official de gabinete da presidência, Borja de Almeida, distincto promotor de justiça; [...].

O Tribunal da Relação e o Fórum de Belo Horizonte funcionaram nesse edifício até agosto de 1911, quando, finalmente, ficou pronto o Palácio da Justiça, na Avenida Afonso Pena. Sua arquitetura obedeceu ao novo estilo adotado para as demais construções da nova capital, o estilo eclético, com predominância de características neoclássicas.

Encontraram-se informações a respeito da fase de construção do Palácio no “Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamin Brandão – Em janeiro de 1910, sobre assumptos referentes ao anno decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909”:

CONSTRUÇÕES DO GOVERNO – Está o Governo do Estado construindo à Avenida Afonso Penna e fronteiro ao

Parque um edifício de gosto e aprimorada architectura, projecto do architecto Rebecchi, e destinado ao Palácio da Justiça. Com a imponência do seu porte e elegância sóbria de suas linhas, vem o novo prédio contribuir para o aformoseamento do local, já em si, naturalmente, de tão agradável aspecto. (BRANDÃO, 1910, p. 17)

Em “Mensagem Dirigida pelo Presidente do Estado Julio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro”, de 15 de junho de 1912, sessão “Foro da Capital”, registra-se o início das atividades no novo prédio:

Desde 26 de agosto do anno passado, está funcionando o foro desta Capital no novo Palácio da Justiça. Com a construção deste edifício e conseqüente instalação do Tribunal da Relação e Foro da Capital, despendeu o Estado a quantia de 794:769\$472.

Paulo Mourão relata que no dia 11 de setembro funcionou pela primeira vez, o Tribunal do Júri, no Palácio da Justiça, cuja sessão foi presidida pelo Dr. Olavo de Andrade.

O jornal *Diário de Minas*, de 17 de janeiro de 1912, narra a visita do Presidente do Estado de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão, e sua comitiva ao Palácio da Justiça e descreve a riqueza de seus espaços internos:

O aspecto do edifício, abundantemente iluminado, era de grande imponência. A decoração do tecto, feita pelo conhecido artista Frederico Steckel, com tintas suaves, estava a se admirar, merecendo igual menção o serviço de Mme. Bellagamba, que se encarregou da feitura das lindas cortinas, estofos, reposteiros e tapetes do palácio. [...] Suas exes. percorreram todas as dependências do primeiro andar do edifício, isto é, a sala das audiências, gabinete do dr. juiz de direito, cartórios do 1º e 2º officios do judicial e notas, do contador e distribuidor, do 1º e 2º officios do crime, a grande sala das sessões do jury e os gabinetes do juiz municipal e promotor de justiça. No andar superior foram suas exes. recebidos pelo presidente do Tribunal da Relação e desembargadores, acompanhados dos quaes, percorreram todos os compartimentos, recebendo a mais agradável impressão de quanto viram.

Todos esses prédios estão preservados e ainda fazem parte da paisagem urbana de suas cidades. O uso das edificações como fonte de pesquisa permite-nos refletir sobre a importância da preservação de nossos bens imóveis. O patrimônio edificado e preservado é testemunha viva de seu tempo e traz consigo vestígios de um passado que nos provoca o anseio de resgatá-lo.

## Referências

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996. 2v. 916 p. (Mineiriana, Clássicos)

BRANDÃO, Benjamin. *Em janeiro de 1910, sobre assumpto referentes ao anno decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas de Minas Gerais, 1910. Relatório. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/-arquivopublico/relatoriodosprefeitos>>. Acesso em: 3 dez. 2009.

BRANDÃO, Julio Bueno. *Mensagem ao Congresso Mineiro em sua 2ª Sessão ordinária da 6ª legislatura*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. Relatório. Disponível em: <<http://brazil.-crl.edu/bsd/bsd/u296>>. Acesso em: 8 jul. 2010.

COMARCA da Capital. *A Capital*, Belo Horizonte, p. 1, 24 mar. 1898.

DIA 2, *Diário de Minas*, Ouro Preto, 27 jan. 1874. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.-gov.br/modules/jornaisdocs/photo.php?lid=773>> Acesso em: 27 maio 2008.

MINAS GERAIS (Estado). *Lei Adicional nº 3, de 17/12/1893*. Fixa o lugar em que deve ser construída a Capital do Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 27 maio 2008.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. *História de Belo Horizonte de 1897 a 1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 160.

PALÁCIO da Justiça: visita presidencial. *Diário de Minas*, Belo Horizonte, p. 1, 17 jan. 1912.

RELAÇÃO do Estado. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, p. 4, 8 ago. 1897.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Memória do Judiciário Mineiro. *Livro de Atas do Tribunal da Relação*, Belo Horizonte, 1890-1892. p. 210verso-212.

...